

SERVENG

ENGENHARIA

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

CNPJ/MF nº 48.540.421/0001-31

Relatório da Administração

Senhores acionistas

A Administração da Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia. (Serveng ou Companhia) submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, o Relatório da Administração, acompanhado pelas Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

Apresentação

A Serveng, companhia de capital nacional fechado, atuando principalmente nos segmentos de: (i) Construção Civil – segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração – produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; (iv) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e (v) Prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais. Os principais investimentos mantidos pela Companhia em empresas controladas integralmente ou com controle compartilhado são: (i) Corumbá Concessões S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia; (ii) Santa Cruz Rodovias S.A. – concessão de serviços públicos na exploração de rodovias; (iii) Serveng Energias Renováveis S.A. – concessão de serviços públicos na geração de energia eólica; (iv) Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. – comercialização de energia eólica; (v) Dragaport Engenharia Ltda. – serviços de dragagem; e (vi) Serramar Parque Shopping Ltda. – gestão e exploração de centros comerciais. Entre os diversos projetos executados no decorrer de 2011 pela controlada Serveng, individualmente ou em parceria com empresas consorciadas, destacaram-se: (i) Refinaria Premium I (Petrobrás), MA – inaugurado em 2010, compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem e obras de acessos na área da futura refinaria Premium I no Maranhão; (ii) Jacu Pêssego – Lote 1, SP – inaugurado em 2010 compreendeu a duplicação da Avenida Papa João XXIII em Mauá até a interseção com o Rodoanel Mário Covas, compreendendo também a ligação da Avenida Jacu Pêssego, em São Paulo, com a Avenida dos Estados; (iii) Obra SP 320 – Lotes 5 e 7, SP – inaugurada em Nov/2010, compreendendo a duplicação e restauração de pista da Rodovia SP 320 – Lotes 5 e 7; (iv) Transposição do Rio São Francisco – Lotes 1 e 2, PE – consiste na execução de obras civis, instalação e montagem de equipamentos mecânicos e elétricos para implantação dos Lotes 1 e 2 da 1ª etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; (v) Metrô Linha 5 – lilás, SP – inaugurada em mai/2011 compreende execução de obras civis, contemplando obra bruta e acabamento do trecho entre a Vala a Céu Aberto – “VCA” (exclusive) para a partida das tuneladoras e a Estação Borba Gato (inclusive), da Linha

5 – lilás; (vi) Varzea da Palma – 3ª etapa, MG – inaugurada em mai/2011 compreende execução dos serviços e obras de tratamento de fundo de vale de afluentes do Córrego da Avenida Várzea da Palma, urbanização da Vila Apolônio e construção de unidades habitacionais – PAC/pro – moradia em Várzea da Palma.

Ambiente econômico

O ano de 2011 foi marcado pela desaceleração da atividade econômica mundial, provocando reduções generalizadas nas estimativas de crescimento, e a piora da situação na Zona do Euro. Diante desse cenário internacional repleto de incertezas a economia brasileira seguiu em ritmo moderado. Em 2011, o PIB brasileiro cresceu 2,7% em relação a 2010.

Desempenho econômico-financeiro

A Companhia obteve em 2011 um Lucro Líquido Consolidado de R\$ 31.528 (R\$ 586.698 em 2010), representando diminuição de 94,6% em relação ao ano anterior, influenciada basicamente pela variação dos investimentos avaliados pelo valor justo da empresa CCR, que no ano anterior representou uma receita de R\$ 576.705, sendo que em 2011 essa receita foi de R\$ 29.888. O Lucro Líquido Consolidado de 2011 foi impactado positivamente pelos seguintes fatores: (i) Lucro Bruto de R\$ 107.493, representando uma contribuição de 18,4% sobre a receita líquida de vendas; (ii) Receita oriunda da mensuração de determinados ativos ao valor justo na rubrica “Outras receitas operacionais” totalizando R\$ 29.888; e (iii) Houve ainda, redução nas despesas com imposto de renda e contribuição social, que em 2011 ficou positiva em R\$ 765 (negativa em R\$ 142.842 em 2010). O EBITDA Consolidado, o qual não considera o ganho com valor justo de determinados ativos, totalizou R\$ 29.533 em 2011, representando 5,1% da receita operacional líquida. Na formação da receita operacional bruta consolidada obtida pela Companhia em 2011 no montante de R\$ 655.963 (R\$ 1.022.463 em 2010), ressalta-se o seguinte: (i) Diminuição de 46,1% na Receita de Engenharia e Construção, que passou de R\$ 843.619 em 2010 para R\$ 454.396 em 2011; e (ii) Crescimento de 16,6% na Receita de Mineração, que passou de R\$ 107.961 em 2010 para R\$ 125.921 em 2011.

2011

19,2%

69,3%

7,9%

3,7%

0,0%

Engenharia e Construção

Geração de Energia Elétrica

Mineração

2010

10,6%

82,5%

4,2%

2,3%

0,5%

Outros

Concessões Rodoviárias

Recursos humanos

A Companhia encerrou o ano de 2011 com 2.418 colaboradores (2.552 colaboradores em 2010).

Perspectivas

O Brasil iniciou em 2010, o maior ciclo de grandes obras de infra-estrutura dos últimos 30 anos. Nos próximos 5 anos deverão ser investidos mais de R\$ 800 bilhões de reais de recursos públicos e privados. Os maiores impulsores desses investimentos serão sem dúvida a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A Companhia e suas controladas vêm se preparando para fazer parte deste desenvolvimento, quebrando paradigmas e buscando oportunidades de novos negócios nos mais diversos setores da infra-estrutura brasileira. Neste sentido, nossas estratégias estão direcionadas para crescer participação em nossos principais segmentos de atuação, principalmente nos segmentos de transportes (rodovias, ferrovias, metrô e portos), saneamento básico, energia e mineração, bem como expandir nossa presença em diferentes regiões do País.

A Administração da Companhia acredita que a estabilidade econômica brasileira no médio e longo prazo contribuirá para um ciclo virtuoso de crescimento, permitindo a ampliação dos nossos negócios no mercado interno, com solidez e aprimoramento de nossa tecnologia na prestação de serviços e comercialização de produtos.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais entidades envolvidas em nossos negócios, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos, sem os quais não conseguiríamos obter os resultados apresentados.

São Paulo, 30 março de 2012

Thadeu Luciano Marcondes Penido

Diretor-Presidente

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	156.342	141.983	131.419	124.444
Contas a receber de clientes	5	201.663	139.204	164.488	98.468
Participações em consórcios	6	–	–	–	10.829
Estoque	7	21.843	12.058	15.353	10.321
Impostos a recuperar		18.186	8.855	15.731	4.189
Partes relacionadas – contas a receber de clientes	15	–	181	76.355	32.437
Partes relacionadas – dividendos a receber	15	–	1.000	–	1.000
Partes relacionadas – outras contas a receber	15	–	–	7.354	–
Despesas antecipadas		3.841	1.394	2.844	1.181
Outras contas a receber		18.657	8.440	10.235	6.485
		420.532	313.115	423.779	289.354
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Precatórios a receber	8	507.825	472.802	507.825	472.802
Imóveis a comercializar		3.674	3.905	1.755	1.755
Ativo fiscal diferido	9	27.262	14.666	27.262	14.666
Partes relacionadas – mútuos	15	1.484	–	3.764	–
Partes relacionadas – adiantamento para futuro aumento de capital	15	–	–	38.195	38.195
Partes relacionadas – outras contas a receber	15	–	9.482	107.774	9.482
Despesas antecipadas		696	10	–	–
Outros créditos		7.911	48.706	577	875
		548.852	549.571	687.152	537.775
Investimentos	10a	3.483	7.250	63.856	584
Outros investimentos	10b	738.275	708.397	738.275	708.397
Propriedade para investimentos	11	132.030	15.284	6.548	15.284
Imobilizado	12	893.334	719.905	681.234	628.059
Intangível	13	59.543	48.131	49.291	37.768
		2.375.517	2.048.538	2.226.356	1.927.867
		2.796.049	2.361.653	2.650.135	2.217.221

Passivo

Nota

Consolidado

2011

2010

Controladora

2011

2010

Circulante

Fornecedores e subempreiteiros

14

73.623

36.693

48.417

25.076

Empréstimos e financiamentos

16

28.422

11.569

20.775

4.791

Impostos e contribuições a recolher

16

38.709

23.310

31.608

20.036

Salários e férias a pagar

17.984

15.941

13.632

10.968

Dividendos a pagar

3.774

8.774

3.774

8.774

Imposto de renda e contribuição social

919

–

–

–

Provisão para manutenção relativos a concessões

19.409

17.782

–

–

Participações em consórcios

6

–

–

43.607

–

Outras contas a pagar

31.010

30.414

5.534

7.971

213.850

144.483

167.347

77.616

Não circulante

Empréstimos e financiamentos

14

134.542

54.806

90.300

14.453

Impostos e contribuições sociais a recolher

16

26.180

20.970

25.385

20.229

Partes relacionadas – mútuos

15

–

–

5.764

5.000

Provisão para contingências

17

8.710

12.663

8.394

11.777

Passivo fiscal diferido

9

396.808

385.826

396.808

385.826

Receita diferida

4.014

19.305

1.534

18.132

Outros Passivos

18

78.821

59.384

21.479

19.972

649.075

552.954

549.664

475.389

Patrimônio líquido

Capital social

19

1.207.380

600.000

1.207.380

600.000

Adiantamento para futuro aumento de capital

30.000

–

30.000

–

Reservas de lucros

357.990

724.615

357.990

724.615

Ajuste de avaliação patrimonial

337.754

339.601

337.754

339.601

1.933.124

1.664.216

1.933.124

1.664.216

2.796.049

2.361.653

2.650.135

2.217.221

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Receita operacional líquida	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
21	584.531	937.125	569.123	871.172	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(477.038)	(710.518)	(483.582)	(666.838)
Lucro bruto		107.493	226.607	85.541	204.334
(Despesas) outras receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	22	(158.946)	(133.589)	(149.251)	(129.512)
Despesas financeiras		(31.880)	(17.810)	(22.188)	(7.950)
Receitas financeiras		53.392	61.341	54.376	64.390
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	60.704	592.991	53.387	593.604
		(76.730)	502.933	(63.676)	520.532

Participação em empresas controladas

Nota

Consolidado

2011

2010

Controladora

2011

2010

Resultado de equivalência patrimonial

10

–

–

5.964

3.709

–

–

5.964

3.709

Lucro antes da participação de minoritários, imposto de renda e contribuição social

30.763

729.540

27.829

728.575

Imposto de renda e contribuição social – corrente

9

(3.181)

(37.368)

(1.395)

(36.679)

Imposto de renda e contribuição social – diferido

9

3.946

(105.474)

5.094

(105.198)

Lucro líquido do exercício

31.528

586.698

31.528

586.698

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado			
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial							
Saldos em 1º de janeiro de 2010	400.110	–	40.549	331.100	341.074	(26.654)	1.086.179	1.896	1.088.075			
Aumento de capital com reservas	199.890	–	(40.549)	(159.341)	–	–	–	–	–			
Distribuição de dividendos	–	–	–	(8.661)	–	–	(8.661)	–	(8.661)			
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	–	–	–	–	(1.473)	1.473	–	–	–			
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	(1.896)	(1.896)			
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	586.698	586.698	–	586.698			
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO	–	–	–	–	–	–	–	–	–			
Reserva legal	–	–	28.076	–	–	(28.076)	–	–	–			
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	533.441	–	(533.441)	–	–	–			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	600.000	–	28.076	696.539	339.601	–	1.664.216	–	1.664.216			
Aumento de capital em dinheiro	207.380	–	–	–	–	–	207.380	–	207.380			
Aumento de capital com reservas	400.000	–	–	(400.000)	–	–	–	–	–			
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	30.000	–	–	–	–	30.000	–	30.000			
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	–	–	–	–	(15.033)	15.033	–	–	–			
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	–	–			
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	31.528	31.528	–	31.528			
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO	–	–	–	–	–	–	–	–	–			
Reserva legal	–	–	1.576	–	–	(1.576)	–	–	–			
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	44.985	–	(44.985)	–	–	–			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.207.380	30.000	29.652	341.524	324.568	–	1.933.124	–	1.933.124			

continua ...

... continuação					Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia – CNPJ/MF nº 48.540.421/0001-31				
Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)				
					Consolidado		Controladora		
					2011	2010	2011	2010	
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social					30.763	729.540	27.829	728.575	
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:									
Constituição (reversão) provisão para perdas com estoques e outros					5.394	19.040	17.862	15.137	
Juros e variações monetárias					19.856	5.800	10.293	(4.086)	
Constituição (reversão) provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber					5.810	(12.335)	5.581	(12.372)	
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber					(35.136)	(33.658)	(35.136)	(33.658)	
Depreciação e amortização					33.010	26.942	31.057	21.603	
Constituição (reversão) de provisão para contingências					(3.953)	3.190	(3.383)	(3.063)	
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado					12.165	3.252	130.272	253	
Custo do investimento alienado					12.250	–	12.250	–	
Ganho na variação do valor justo de investimentos					(28.867)	(576.812)	(28.867)	(576.812)	
Equivalência patrimonial					–	–	(5.964)	(3.709)	
					51.292	164.959	161.794	131.868	
Variações nos ativos e passivos									
Contas a receber					(68.269)	15.600	(71.601)	12.162	
Estoques					(9.785)	(3.234)	(5.032)	(3.773)	
Precatórios a receber					113	10.232	113	10.232	
Impostos a recuperar					(9.331)	(3.127)	(11.542)	(2.029)	
Redução de partes relacionadas – ativo					9.179	3.040	(152.328)	6.614	
Participações em consórcios					–	–	54.436	(5.713)	
Outras contas a receber					30.696	(5.992)	(1.635)	(2.490)	
Imóveis a comercializar					231	(1.217)	–	–	
Depósitos judiciais					–	(4.874)	–	2.776	
Variações nos ativos e passivos									
Fornecedores					36.930	(25.702)	23.341	10.281	
Impostos e encargos sociais a recolher					22.652	(901)	19.392	303	
Receita diferida					(15.291)	(338)	(16.598)	1.363	
Partes relacionadas – passivo					–	(5.300)	764	(300)	
Imposto de renda e contribuição social pagos					(3.181)	(40.157)	(1.395)	(39.467)	
Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos					–	39.087	–	–	
Contas a pagar					20.033	14.033	(930)	(5.571)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					65.269	156.109	(1.221)	116.256	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Aquisição de ativo imobilizado					(215.498)	(48.412)	(88.932)	(48.163)	
Aumento de participação em controladas e SCPs					(12.250)	(7.250)	(95.684)	(6.694)	
Aumento de propriedade para investimentos					(117.757)	(7.725)	(117.757)	(7.725)	
Recebimentos de dividendos de controladas					–	–	8.264	–	
Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos					–	65.998	–	–	
Aumento do ativo intangível					(14.518)	(15.356)	(11.613)	(10.262)	
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento					(360.023)	(12.745)	(305.722)	(72.844)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos									
Aumento de capital					207.380	–	207.380	–	
Adiantamento para futuro aumento de capital					30.000	–	30.000	–	
Empréstimos tomados					206.307	22.422	195.717	22.422	
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros					(129.574)	(11.849)	(114.179)	(3.748)	
Efeito decorrente de perda de controle acionário em investimentos					–	(174.188)	–	–	
Pagamento de dividendos					(5.000)	(3.661)	(5.000)	(3.661)	
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento					309.113	(167.276)	313.918	15.013	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					14.359	(23.912)	6.975	58.425	
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa									
No início do exercício					141.983	165.895	124.444	66.019	
No fim do exercício					156.342	141.983	131.419	124.444	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					14.359	(23.912)	6.975	58.425	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010					(Em milhares de Reais)				
1. Contexto operacional – A Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 – Vila Maria CEP: 02064-120 – São Paulo /SP, atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, empreendimentos imobiliários, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, exploração de pedreiras. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem, concessão de serviços públicos (administração e exploração de rodovias, ponte e metrô) e geração de energia, incluindo energia eólica. A Companhia atua nos segmentos de: (i) Construção Civil – segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração – produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; (iv) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e (v) Prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.									
2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário. 2.1. Base de preparação – a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2012. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 – Provisão para devedores duvidosos; • Nota 17 – Provisão para contingências – consolidado; • Nota 9 – Impostos Diferidos; • Nota 13 – Recuperabilidade de ágio; • Nota 12 – Revisão da vida útil do imobilizado; • Nota 10b – Outros investimentos avaliados a valor justo; • Nota 11 – Propriedade para investimento. 2.2. Descrição das principais práticas contábeis – a. Instrumentos financeiros. • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis. • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. • Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2011 e 2010. b. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. c. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos									

impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. **d. Estoques:** Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização. **e. Ativos arrendados** – **• Arrendamento mercantil operacional:** Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. **• Arrendamento mercantil financeiro:** Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **f. Imóveis a comercializar:** Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço. **g. Participações em consórcios:** As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante. **h. Depósitos judiciais:** Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais. **i. Investimentos e outros investimentos** – **(i) Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(ii) Outros investimentos:** Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício. **j. Propriedade para investimentos:** São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados. **k. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras Receitas Operacionais" na demonstração do resultado. **l. Intangível:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados. Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão. Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas. **m. Redução ao valor recuperável:** O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. **n. Contas a pagar a fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **o. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. **• Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos. **p. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **Provisão de manutenção – contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. Considera-se uma obrigação incluída no escopo da provisão somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. **q. Compromissos relativos à concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 15) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão de suas investidas serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato. Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente. **r. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. **s. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **t. Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial:** O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem. **u. Reconhecimento da receita** – **• Receita de vendas e serviços:** A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das

continua ...

atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas. A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes. A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias. A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas. • **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Demonstrações financeiras consolidadas – As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2011	2010
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Dragaort Engenharia Ltda.	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Serveng Energias Renováveis S.A. (b)	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Ventos Potigüeres Geradora de Energia S.A. (b)	Integral – Direto	100,00%	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda. (a)	Integral – Direto	100,00%	–
Serveng Mineração Balsas S.A. (b)	Integral – Direto	100,00%	–
Caicara dos Ventos Geradora Eólica S/A. (b)	Integral – Direto	100,00%	–
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado – Direto	18,74%	18,74%

(a) Empresa que iniciou as operações em 1º de dezembro de 2011.
(b) Empresas pré-operacionais.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** **a.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; **b.** Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado; **c.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; **d.** A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Controladora, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora; **e.** Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial. Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	14.324	35.573	5.573	18.470
Aplicações financeiras diversas	142.018	106.410	125.846	105.974
	156.342	141.983	131.419	124.444

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado Depósito Interbancário – CDI, 2011 11,64% (2010 9,76%), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Valores faturados para terceiros	147.338	94.050	109.668	58.984
Medições a faturar	69.448	54.466	69.448	48.530
Ajuste a valor presente	(2.163)	(895)	(2.163)	(895)
Provisão para devedores duvidosos	(12.960)	(8.417)	(12.465)	(8.151)
Total	201.663	139.204	164.488	98.468

6. Participações em consórcios

	Controladora	
	2011	2010
EMAP Dragagem	(9.288)	1.545
Belo Monte	(9.239)	–
Petrobrás Premium	(8.062)	(3.080)
SEP Porto de Itajaí Emergência	(7.733)	(4.651)
Dersa Rodoanel Lote 4 Sul	(7.174)	(5.588)
BR 364	(5.680)	–
DNIT Duplicação BR 101	(4.193)	1.127
CPTM – Linhas A – F	(718)	3.586
CPTM – Estações – Linha7 Rubi	(692)	4.310
SAAE ETE Bonsucesso	(275)	(839)
Novacap Metro Brasília	(227)	(1.126)
EPTG – Viário Lotes I e II	562	1.703
Autoban Complexo Anhanguera	637	661
Jacu Pêssego Lote I	865	8.463
SAAE ETE Guarulhos	948	(613)
REDUC	4.059	–
Transposição do Rio São Francisco Lote I e II	6.560	5.451
Outros consórcios	270	4.129
	(39.380)	15.078
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	(4.227)	(4.249)
	(43.607)	10.829

7. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados	6.642	3.653	6.462	3.653
Matéria-prima	345	421	345	421
Outros estoques para consumo e manutenção	14.856	7.984	8.546	6.247
	21.843	12.058	15.353	10.321

8. Precatórios a receber

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Valor bruto		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	440.795	410.232
DER/SP (b)	20.680	19.246
Outros (c)	46.350	43.324
	507.825	472.802

Emenda Constitucional 62/09: Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado. As principais novidades inseridas na EC 62 foram: (i) Regime Especial opcional aos Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de quitarem seus precatórios já vencidos, no prazo de até 15 anos; (ii) Compensação de ofício que antecederá o pagamento dos precatórios aos credores, visando à quitação de eventuais débitos perante a Fazenda devedora; (iii) Faculta ao credor a utilização de créditos de precatório para a aquisição de imóvel público da respectiva Fazenda devedora, nos termos de legislação específica a ser editada pelo mesmo Ente Federativo; (iv) Possibilidade de cessão do precatório, independentemente da anuência da Fazenda, ressalvando que tal procedimento somente produzirá efeitos a partir de sua comunicação ao Tribunal e à entidade devedora, convalidando, ainda, todas as cessões já realizadas antes de sua promulgação; (v) Possibilidade de a Fazenda Pública devedora coordenar leilões dos precatórios. De acordo com a Emenda, devedores da Fazenda poderão adquirir precatórios judiciais em leilões realizados através de sistema eletrônico por entidade autorizada pela CVM

ou pelo Banco Central, para quitarem seus débitos com deságio; (vi) Atualização dos valores pendentes pelo índice que corrige a caderneta de poupança (juros + TR). Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito. Vale ressaltar, que há em andamento duas Ações Diretas de Inconstitucionalidades com Pedido de Liminar (ADI 4357 e ADI 4372), ajuizadas pelo Conselho Federal da OAB e outras associações, ambas em trâmite pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que visam declarar a inconstitucionalidade da nova sistemática de pagamento dos precatórios estaduais e municipais trazida pela EC 62/09. **Composição dos Precatórios a Receber:** a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Seqüestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances de a controlada Serveng receber o valor do Precatório. b. O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. c. Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança. Em função da publicação da EC 62/09, bem como a adoção do Regime Especial do Governo do Estado de São Paulo, a indefinição das ações de seqüestro movidas pela controlada Serveng em relação ao precatório a receber do SEFAZ-SP, e a demora na definição dos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva da constitucionalidade ou não da EC 62/09.

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Descrição	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2011	2010	2011	2010
Corumbá Concessões S.A.	375.452	(5.998)	219.673	18,74%	41.166	42.290	(1.125)	(2.174)
Dragaort Engenharia Ltda.	15.400	6	6.566	100,00%	6.566	6.559	6	(237)
Santa Cruz Rodovias S.A.	26.710	11.132	(23.956)	100,00%	(23.956)	(35.089)	11.132	5.141
Serveng Energias Renováveis S.A	1	(1.041)	(1.040)	100,00%	(1.040)	1	(1.040)	–
Serveng Mineração Balsas S.A.	–	(1.566)	(1.566)	100,00%	(1.566)	–	(1.567)	–
Serramar Parque Shopping Ltda.	3.000	566	3.566	100,00%	3.566	–	566	–
Caicara dos Ventos Ger. Eólica S.A.	1	–	1	100,00%	1	–	1	–
Ventos Potigüeres Ger. de Energia S/A	79.681	(2.009)	77.673	100,00%	77.673	1	(2.009)	–
Participações em controladas			102.409		102.409	13.762	5.964	2.730
Sociedades em conta de participação (a)		–	–		7.271	15.023	–	979
Total avaliado por equivalência patrimonial			109.681		28.785	5.964	3.709	

(a) A Companhia é sócia participante de algumas sociedades em conta de participação que atuam no segmento de incorporação imobiliária, construção e venda de unidades residenciais.

b. Outros investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Investimentos mensurados ao valor justo	738.275	708.397	738.275	708.397

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 29 de dezembro de 2011. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

11. Propriedade para investimentos

Consolidado	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Shopping Serramar	125.482	7.725	–	7.725
Imóveis em São José dos Campos	6.548	7.559	6.548	7.559
	132.030	15.284	6.548	15.284

Movimentação das propriedades para investimentos

	2010	Adições e transferências	Depreciação e outros	Variação do valor justo	2011
Shopping Serramar (a)	7.725	118.000	(243)	–	125.482
Imóveis em São José dos Campos (b)	–	–	–	(1.011)	6.548
Total	7.725	118.000	(243)	(1.011)	132.030

(a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caragatutuba construído pela Companhia, com objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, os custos do empreendimento Serramar Parque Shopping, juntamente com o terreno foram alienados para a controlada Serramar Parque Shopping Ltda. Esta propriedade está mensurada pelo custo de aquisição dos respectivos ativos, o qual reflete o seu valor de mercado; e (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia. A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

12. Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Terrenos	491.724	510.514	474.134	493.470
Edifícios e construções	38.237	37.766	38.162	37.766
Reservatórios, barragens e adutoras	45.339	46.369	–	–
Máquinas e equipamentos	114.776	85.479	85.254	58.127
Veículos	50.595	16.465	51.981	16.368
Aeronaves	3.987	4.983	3.986	4.983
Móveis, utensílios e outros	1.761	1.797	1.799	525
Equipamentos de informática	614	570	543	1.544
Obras em andamento e outros	146.301	15.962	25.655	15.276
	893.334	719.905	681.234	628.059

9. Ativo e passivo fiscal diferidos

Ativo	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda diferido:				
Diferenças temporárias	5.944	10.784	5.944	10.784
Prejuízos fiscais (a)	13.973	–	13.973	–
	19.917	10.784	19.917	10.784
Contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	2.140	3.882	2.140	3.882
Base negativa (a)	5.205	–	5.205	–
	7.345	3.882	7.345	3.882
Total diferido ativo	27.262	14.666	27.262	14.666
Passivo				
Imposto de renda diferido:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	273.664	264.061	273.664	264.061
Exclusões temporárias de órgãos públicos	8.038	7.195	8.038	7.195
Outras exclusões (atualizações monetárias)	10.069	12.440	10.069	12.440
	291.771	283.696	291.771	283.696
Contribuição social diferida:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	98.519	95.062	98.519	95.062
Exclusões temporárias de órgãos públicos	2.894	2.590	2.894	2.590
Outras exclusões	3.624	4.478	3.624	4.478
	105.037	102.130	105.037	102.130
Total diferido passivo	396.808	385.826	396.808	385.826
Demonstração de resultado				
Corrente:				
Imposto de renda	(2.339)	(27.314)	(1.026)	(26.813)
Contribuição social	(842)	(10.054)	(369)	(9.866)
	(3.181)	(37.368)	(1.395)	(36.679)
Diferido:				
Imposto de renda	2.760	(77.554)	3.604	(77.351)
Contribuição social	1.186	(27.920)	1.490	(27.847)
	3.946	(105.474)	5.094	(105.198)

(a) Com base nas avaliações realizadas pela Administração, a Companhia espera realizar a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa já no exercício de 2012. As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

10. Investimentos e outros investimentos

a. Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	–	–	102.409	13.762
Participações em sociedades por conta de participação	–	–	7.271	15.023
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	3.483	7.250	7.489	7.250
Subtotal	–	7.250	117.169	36.035
Lucro não realizado com controladas	–	–	(53.313)	(35.451)
	3.483	7.250	63.856	584

Taxa de deprec. (a.a.%)	Custo	Deprec. acumul.	Controladora	
			2011	2010
–	474.134	–	474.134	493.470
2,8	51.626	(13.464)	38.162	37.766
4 a 25	137.564	(52.310)	85.254	58.127
20	102.509	(50.530)	51.979	16.368
14	6.976	(2.989)	3.987	4.983
10	1.554	(975)	579	525
20	4.934	(3.451)	1.483	1.544
–	25.656	–	25.656	15.276
	804.953	(123.719)	681.234	628.059

Movimentação do ativo imobilizado – Controladora

	2010		2011	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	493.470	1.283	(20.619)	474.134
Edifícios e construções	49.043	2.628	(45)	51.626
Máquinas e equipamentos	104.573	35.164	(2.173)	137.564
Veículos	65.328	38.632	(1.451)	102.509
Aeronaves	6.976	–	–	6.976
Móveis, utensílios e outros	1.423	165	(34)	1.554
Equipamentos de informática	4.676	590	(332)	4.934
Obras em andamento e outros	15.186	10.470	–	25.656
Total do custo	740.675	88.932	(24.654)	804.953
Depreciação acumulada	(112.706)	(30.967)	19.954	(123.719)
Valor residual do ativo imobilizado	627.969	57.965	(4.700)	681.234

Consolidado

Taxa de deprec. (a.a.%)	Custo	Deprec. acumul.	2011		2010	
			Saldo residual	Saldo residual	Saldo residual	Saldo residual
–	491.724	–	491.724	510.514		
2,8	51.701	(13.464)	38.237	37.766		
2	55.451	(10.112)	45.339	46.369		
4 a 25	172.550	(57.774)	114.776	85.479		
10 a 25	102.770	(52.175)	50.595	16.465		
14	6.976	(2.989)	3.987	4.983		
20	5.958	(4.197)	1.761	1.797		
10	1.655	(1.041)	614	570		
–	146.329	(28)	146.301	15.962		
	1.035.114	(141.780)	893.334	719.905		

Movimentação do ativo imobilizado

	2010		2011	
	Custo	Adições e transferências	Baixas e transferências	Custo
Terrenos	510.514	1.830	(20.620)	491.724
Edifícios e construções	49.043	2.719	(61)	51.701
Reservatórios, barragens e adutoras	51.242	4.209	–	55.451
Máquinas e equipamentos	137.902	36.896	(2.248)	172.550
Veículos e embarcações	65.588	38.632	(1.450)	102.770
Aeronaves	6.976	–	–	6.976
Equipamentos de informática	5.603	703	(348)	5.958
Móveis, utensílios e outros	1.525	166	(36)	1.655
Obras em andam. e outros (a)	15.986	130.343	–	146.329
Total do custo	844.379	215.498	(24.763)	1.035.114
Depreciação acumulada	(124.474)	(29.904)	12.598	(141.780)
Valor residual do ativo imobiliz.	719.905	185.594	(12.165)	893.334

... continuação

(a) Do montante de R\$ 146.329 de obras em andamento, os principais projetos se referem: (i) ao projeto eólico, sendo R\$ 76.320 de adiantamentos a fornecedores para futuro fornecimento das turbinas eólicas, e R\$ 43.429 refere-se ao custo da construção das usinas eólicas; e (ii) o montante de R\$ 20.247 referente substancialmente a gastos com manutenção de balsas e rebocadores.

13. Intangível

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ágio pago na aquisição de investimentos	19.525	4.527	19.525	4.527
Direitos de lavra	25.556	25.626	25.555	25.626
Obras de melhorias	4.059	6.177	-	-
Direito de uso do bem público	3.147	4.026	-	-
Direitos contratuais de comercialização	1.999	1.999	1.999	1.999
Licença de instalação	2.725	3.386	-	3.386
Softwares	2.187	2.226	2.186	2.205
Outros	345	164	26	25
Total	59.543	48.131	49.291	37.768

	Taxa de amortiz. (a.a.%)	Custo	Amortiz. e exaustão acumul.	Saldo residual	Saldo residual
Controladora:					
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	19.525	-	19.525	4.527
Direitos de lavra	(b)	28.354	(2.799)	25.555	25.626
Obras de melhorias	(c)	-	-	-	-
Direito de uso do bem público	(c)	-	-	-	-
Direitos contratuais de comercialização	(d)	1.999	-	1.999	1.999
Licença de instalação	(d)	-	-	2.725	3.386
Softwares	20	10.517	(8.331)	2.186	2.205
Outros	-	26	-	26	25
Total		60.421	(11.130)	49.291	37.768

Consolidado:

Ágio pago na aquisição de investimentos

Direitos de lavra

Obras de melhorias

Direito de uso do bem público

Direitos contratuais de comercialização

Licença de instalação

Softwares

Outros

Total

(a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura dos negócios adquiridos; (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração; (c) Direito de uso do bem público e obras de melhorias serão amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão; e (d) Direitos contratuais e licenças de instalação serão amortizados a partir de 2013, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

14. Empréstimos e Financiamentos

	Item	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Banco Santander (TR + 11% a.a.)	1	45.764	-	45.764	-
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.)	2	36.229	41.672	-	-
Banco do Brasil (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas – +5% a.a.)	2	5.071	5.459	-	-
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	3	65.311	19.244	65.311	19.244
Outros financiamentos		10.589	-	-	-
Total		162.964	66.375	111.075	19.244
Circulante		(28.422)	(11.569)	(20.775)	(4.791)
Não circulante		134.542	54.806	90.300	14.453

(1) Financiamento a produção para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia; (2) Os empréstimos com o BNDES, captados pela Corumbá Concessões S.A., estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, ações da Corumbá Concessões S.A., pelo contrato de vendas de energia elétrica com a Companhia Energética de Brasília – CEB e aval de acionistas da Companhia; (3) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia. Nenhum empréstimo ou financiamento tomado pela Companhia, e ou suas controladas possui convenants financeiro. As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2013	40.631	23.888
2014	30.661	23.888
2015	26.189	19.416
2016	18.217	11.444
2017 em diante	18.844	11.664
Total	134.542	90.300

15. Partes relacionadas – Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado, exceto nas operações de mútuo e cessões de créditos que não estão sujeitas a encargos financeiros. Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldos				
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes:				
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	-	8.440	24.032
Corumbá Concessões S.A.	-	-	7.659	8.224
Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda.	-	165	64	165
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	-	-	56.858	-
Serveng Mineração Balsas	-	-	122	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda	-	-	3.195	-
Pecuaría Serramar Ltda	-	-	5	-
Serveng Energias Renováveis S.A.	-	-	5	-
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.	-	16	7	16
	-	181	76.355	32.437
Dividendos a receber:				
Acionistas da Controladora	-	1.000	-	1.000
Outras contas a receber:				
Serramar Parque Shopping	-	-	7.354	-
	-	-	7.354	-
Ativo não circulante				
Mútuos:				
Serveng Transportes	72	-	72	-
Serveng Energias Renováveis S.A.	-	-	1.680	-
Ventos Potigüares Geradora de Energia S.A.	-	-	600	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	1.412	-	1.412	-
	1.484	-	3.764	-
Adiantamento para futuro aumento de capital:				
Corumbá Concessões S.A. (AFAC)	-	-	38.195	38.195
Outras contas a receber:				
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.	-	9.482	-	9.482
Serramar Parque Shopping Ltda	-	-	107.774	-
	-	9.482	107.774	9.482

Saldos

Passivo não circulante

Dragaport Engenharia Ltda.

Serramar Parque Shopping

Transações

Vendas de bens e serviços:

Serramar Parque Shopping

Santa Cruz Rodovias S.A.

Projeto Energias Renováveis (Eólicas)

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria:

Remuneração da Administração e da diretoria: